

PROCESSO: 00009828.989.20-2 CONTRATANTE: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CDHU ADOVADO: JOSE CARLOS MACRIZ (OAB/SP 94.381) / HENRIQUE JOSÉ SANTI SOMENHARA (OAB/SP 200.832) / IRACEMA MARIA DOS SANTOS ADAO (OAB/SP 389.209) CONTRATADO(A): DENISU LATIN AMERICA PROPAGANDA LTDA BERG TOLEDO COMUNICACAO LTDA INTERESSADO(A): NEDIO HENRIQUE ROSSOLI FILHO AGUIBALDO LOPES QUINTANA NETO ASSUNTO: Processo Administrativo nº: 10.43.150 Edital nº 1501/18 Licitação nº 1501/18 Contrato: 001720.989.20-0 Objeto: Prestação de serviços de consultoria técnica. 2020 INSTRUÇÃO POR: DF-06 PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 0017488.989.20-3 Do notificado no relatório de instrução de nº 04º Evento 381.20, cujo dâcia aos interessados acima nomeados e recomendo que, se possível, adotem medidas para o saneamento das ocorrências constatadas. Este despacho não franqueia concessão de prazo ou abertura de contraditório, servindo como ALERTA de que as correções serão avaliadas durante o processo de prazo contratual e que, ao final da instrução ou caso ocorram eventos que motivem a sua retomada, instados, os interessados terão oportunidade de apresentar as justificativas nos termos legais. Publique-se.

PROCESSO: 00010169.989.20-0 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRETOS Responsável: Ronaldo Luiz de Ávila Camargo (Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Turismo e Meio Ambiente) CO LOMBARDI (OAB/SP 107.319) / ROSELY DE JESUS LEMOS (OAB/SP 124.850) / EDSON FLAUSINO SILVA JUNIOR (OAB/SP 164.334) / ROSÂNGELA PEDROSO TONON (OAB/SP 219.440) / RODRIGO DOMINGOS (OAB/SP 236.954) / MILENA APARECIDA TADOTTIO MARTINIAMI NUNES (OAB/SP 287.616) / ALINE GRAZIELLE FEIAS CANO (OAB/SP 351.475) CONTRATADO(A): NPM - COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. ASSUNTO: EDITAL nº 137/2017 LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº. 05/2017 CONTRATO: 05/2018 assinado em 22/01/2018 Contratada: NPM Comércio de Materiais de Construção Ltda EPP CNPJ 05.901.213/0001-08 OBJETO: contratação de empresa especializada para execução das obras de ampliação da unidade básica de saúde Dr. Loufalhã Mizaira na Rua Joao Luiz da Silva n. 549, bairro Zequinha Amêndola - Barretos/SP vigência: 22/01/2018 a 22/07/2018 valor: R\$ 497.733,07 EXERCÍCIO: 2018 INSTRUÇÃO POR: UR-08 PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 00010760.989.20-0, 00010761.989.20-0, 00010764.989.20-8, 00010767.989.20-5, 00013967.989.20-3, 00010760.989.20-5, 00017148.989.20-5, 00017155.989.20-0, 00018005.989.20-7 Atento ao pedido formulado pelo responsável (evento 47), concedo o prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data desta publicação, para que ofereça os esclarecimentos que entender pertinentes. Com vistas ao exercício do contraditório e da ampla defesa, fica desde já estendido o mesmo benefício a todos os demais interessados. Encerrado o prazo concedido, voltem os autos ao Gabinete. Ao Cartório.

PROCESSO: 00012070.989.19-9 INTERESSADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU MARIO EDUARDO PARDINI AFFONSECA ASSUNTO: PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO EXERCÍCIO: 2018 INSTRUÇÃO POR: UR-02 PROCESSO PRINCIPAL: 12070.989.19-9 Evento 54. Concedo o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contar da publicação deste despacho.

PROCESSO: 00012340.989.20-1 INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE UBATUBA ADOVADO: MICHELE DE OLIVEIRA ALVES (OAB/SP 394.489) ASSUNTO: PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO EM EXAME: CONVENIO SINº nº 1712/2015. PROCESSO e/ou 5555.989.16-9 PROCESSO (ORIGEM): 439/2015 (SANT12.809/2015). VIGÊNCIA: 50 meses. FONTE DO PRAZO: Municipal e Federal. EXERCÍCIO: 2018 INSTRUÇÃO POR: UR-14 PROCESSO PRINCIPAL: 5555.989.16-9 Evento 40. Concedo o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho.

PROCESSO: 00012407.989.19-3 INTERESSADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU MARIO EDUARDO PARDINI AFFONSECA ASSUNTO: PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO EXERCÍCIO: 2018 INSTRUÇÃO POR: UR-02 PROCESSO PRINCIPAL: 12070.989.19-9 Evento 39. Concedo o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho.

PROCESSO: 00012843.989.19-5 INTERESSADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU MARIO EDUARDO PARDINI AFFONSECA ASSUNTO: PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO EXERCÍCIO: 2018 INSTRUÇÃO POR: UR-02 PROCESSO PRINCIPAL: 12070.989.19-9 Evento 66. Concedo o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho.

PROCESSO: 00013865.989.20-6 INTERESSADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ: PAULO HENRIQUE RIZKE (OAB/SP 222.238) / FABIANA BALBINO VIEIRA (OAB/SP 238.056) / CARLOS EDUARDO DE SOUZA FONSECA (OAB/SP 242.953) / YURI MARCEL SOARES OOTA (OAB/SP 305.226) / RAFAEL CEZAR DOS SANTOS (OAB/SP 342.475) ASSUNTO: Acompanhamento especial - Covid-19 - exercício 2020. EXERCÍCIO: 2020 INSTRUÇÃO POR: DF-09 PROCESSO PRINCIPAL: 3358.989.20-0 Dos apontamentos feitos pela fiscalização no Relatório de Acompanhamento Especial – COVID – referente ao mês de Junho/2020 (evento 32.3), cujo dâcia aos interessados acima nomeados e recomendo que, se possível, adotem medidas para o saneamento das falhas apontadas, sob pena de aplicação de multa por descumprimento das Leis Federais nº 13.979/20 e nº 12.527/11, bem como da Lei Complementar Federal nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar Federal nº 131/2009, no caso de providências ou reincidência. O conteúdo deste despacho não implica abertura do contraditório ou a necessidade de apresentação de justificativas, porquanto a fiscalização terá noticiadas as irregularidades ou não das falhas ora ocorridas. Publique-se.

PROCESSO: 00013953.989.19-1 INTERESSADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU DAS ARTES ADOVADO: SANDRO RAMAZZINI (OAB/SP 301.742) ASSUNTO: PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO EM EXAME: EDITAL nº 009/2017 LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2017 CONTRATO: 087/2017 assinado em 07/08/2017 OBJETO: Prestação de serviços de cadastro e atualização dos municípios incluindo o fornecimento de sistema de informática para o projeto 7cartão cidadão?, que permita a integração com os sistemas existentes. EXERCÍCIO: 2017 INSTRUÇÃO POR: DF-07 PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 00015873.989.17-2, 00021073.989.18-8 PROCESSO: 00015873.989.17-2 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU DAS ARTES ADOVADO: SANDRO RAMAZZINI (OAB/SP 301.742) ASSUNTO: PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO EM EXAME: EDITAL nº 009/2017 LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2017 CONTRATO: 087/2017 assinado em 07/08/2017 OBJETO: Prestação de serviços de cadastro e atualização dos municípios incluindo o fornecimento de sistema de informática para o projeto 7cartão cidadão?, que permita a integração com os sistemas existentes. VIGÊNCIA: 12 meses (de 07/08/2017 a 06/08/2018) EXERCÍCIO: 2017 INSTRUÇÃO POR: DF-07 PROCESSO PRINCIPAL: 14833.989.17-1 PROCESSO: 00021073.989.18-8 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU DAS ARTES ADOVADO:

EDLAINE CRISTINA XAVIER CHRISOSTOMO (OAB/SP 250.216) / SANDRO RAMAZZINI (OAB/SP 301.742) CONTRATADO(A): ZTEC TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE CIDADES LTDA INTERESSADO(A): CLAUDINEIA ALVES DOS SANTOS (CPF 18.840.298-76) ASSUNTO: 1º. Termo Aditivo - Contrato nº: 087/2017 - Processo nº. 11477/2017. Data de Assinatura: 03/08/2018. Objeto: prorroga o prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses (de 07/08/2018 a 06/08/2019); ratifica as demais cláusulas. EXERCÍCIO: 2018 INSTRUÇÃO POR: DF-07 PROCESSO PRINCIPAL: 14833.989.17-1 Evento 125 do DC-04.833.989.17-1 concedo o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho. Publique-se.

PROCESSO: 00016012.989.20-6 RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO MPC MENCIONADO(A): CAMARA MUNICIPAL DE NAZARE PAULISTA JOÃO BATISTA PAN ASSUNTO: Recurso Ordinário EXERCÍCIO: 2020 RECURSO/AÇÃO DO: 00004862.989.16-7 Notifico os interessados, acima nomeados, nos termos e para os fins do art. 29 da Lei Complementar Estadual nº 709/93, para que tomem conhecimento do Recurso Ordinário interposto pelo D. Ministério Público de Contas contra a r. Decisão que julgou regulares as contas da Câmara Municipal de Nazare Paulista do exercício de 2016 (evento 1) e apresentem as alegações que forem de seus interesses, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho. Ao Cartório.

PROCESSO: 00018527.989.20-6 REPRESENTANTE: WORLDCOM COMERCIAL LTDA REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS ASSUNTO: Representação contra o Edital da Tomada de Preços n.º 011/2020, certame destinado à contratação de empresa especializada para a Execução de Serviços de Iluminação Pública no Prolongamento entre a Avenida Cleopatra Pitagoras e Avenida Richard Friedland EXERCÍCIO: 2020 INSTRUÇÃO POR: UR-08 PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 00018575.989.20-7, 00018575.989.20-7 REPRESENTANTE: LUIS GUSTAVO DE ARRUDA CAMARGO REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS ASSUNTO: Representação contra o Edital da Tomada de Preços n.º 011/2020, certame destinado à contratação de empresa especializada para a Execução de Serviços de Iluminação Pública no Prolongamento entre a Avenida Cleopatra Pitagoras e Avenida Richard Friedland EXERCÍCIO: 2020 INSTRUÇÃO POR: UR-02 PROCESSO PRINCIPAL: 18527.989.20-6 Trata-se de impugnações apresentadas por WorldCom Comercial Ltda. e Luis Gustavo de Arruda Camargo em face do Edital da Tomada de Preços nº 11/2020, certame instaurado pela Prefeitura Municipal de Agudos objetivando a "contratação de empresa especializada para a execução de serviços de iluminação pública no prolongamento entre a Avenida Cleopatra Pitagoras e Avenida Richard Friedland". O reclamante WorldCom Comercial Ltda. insurgiu-se, em síntese, contra os seguintes aspectos do Edital: a) visita técnica alçada como requisito de habilitação (item 2, subitem 2.3.12); e b) exigência de comprovação de capacidade técnico-profissional demasiadamente específica e com imposição de quantitativos mínimos (item 2, subitem 2.3.12). Já Luis Gustavo de Arruda Camargo diz que o instrumento apresentaria os seguintes vícios: i) exigência de Certidão de Anexo Técnico - CAT juntamente com Atestados de desempenho anterior, como medida de qualificação técnico-profissional, em oposição ao enunciado das Súmulas nºs 23 e 24 deste E. Tribunal; ii) vedação ao uso de material de fabricação estrangeira, em contrariedade à Súmula nº 36 deste E. Tribunal (item 6.2 do Memorial Descritivo – Luminária LED); iii) omissão das condições de participação de empresas em recuperação extrajudicial, o que representaria afronta ao entendimento jurisprudencial do STJ; iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício insuperável no processo licitatório, conforme jurisprudência consolidada; v) ausência da composição do BDI na Planilha Orçamentária, o que não encontraria amparo nos preceitos dos artigos 6º, IX, 7º e 8º, II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, assim como nos enunciados da O-M/PC/SP, Súmula 258 do TCU e O-T/BR nº01/2006. Dai pedirem a anulação do instrumento licitatório e Corte, iv) o recurso em carceres apurado com base em preços de junho de 2019, defasagem que implicaria vício ins